

A DECLARAÇÃO DE HASLEMERE

cei

suplemento

15

Janeiro de 1970

Análise Radical das Relações entre o Mundo Rico e o Mundo Pobre

Publicado pelo Grupo da Declaração de Haslemere
515 Liverpool Road, Londres, N7

A DECLARAÇÃO DE HASLEMERE foi feita, em caráter pessoal, por membros das seguintes organizações da Grã-Bretanha:

Oxfam
Universities Fight for Economic Development
Christian Aid
Young Liberals
Slant
Notting Hill Community Workshop
Overseas Development Institute
Youth Against Hunger
Catholic Student Union
Catholic Institute for International Relations
Kensington And Chelsea World Poverty Campaign
Ludgate Group
New Christian
Christian Education Movement
Student Christian Movement
New Abolitionists
Voluntary Committee on Overseas Aid and Development
Africa Centre United Nations Student Association

PREAMBULO

O GRUPO DA DECLARAÇÃO DE HASLEMERE formou-se em janeiro de 1968 com o objetivo de discutir a crise social e econômica enfrentadas pelos "países em desenvolvimento" da Afro-Ásia e da América Latina; o fracasso dos países industrializados ricos, como a Grã-Bretanha, relativo ao reconhecimento de sua responsabilidade nessa crise; e a urgente necessidade de se chamar a atenção efetiva do público para esses problemas.

As principais conclusões do grupo são:

A maior parte dos "países em desenvolvimento" não se estão desenvolvendo. Se continuar a política atual, a complacência e a falta de interesse dos governos dos países desenvolvidos, a situação provavelmente continuará a mesma e não haverá contribuição alguma deles para o desenvolvimento das nações pobres.

A "ajuda externa" é, em grande parte, um mito; na melhor das hipóteses, é um pagamento totalmente inadequado para mercadorias recebidas; na pior hipótese, é uma palavra diferente para significar a exploração contínua dos países pobres pelos ricos.

Tal exploração assume formas diversas e alguns exemplos são dados neste folheto. Trata-se, essencialmente, da atitude dos países ricos, que impedem que os países pobres possuam e usem seus próprios recursos materiais segundo seus interesses e a seu bel-prazer.

O sistema monetário comercial e internacional foi traçado pelos países ricos para atender a seus próprios interesses, ignorando os dos países pobres. No

momento em que seus interesses estão em jôgo, os países ricos podem e efetivamente desrespeitam as leis com impunidade — no entanto, queixam-se de “competição desleal”, quando os países pobres tentam aumentar suas parcelas de lucros.

Concordamos com o Dr. Raul Prebisch, Secretário-Geral das Conferências das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD): “No mundo em desenvolvimento tem que se efetivar uma profunda revolução econômica (e), uma transformação de longo alcance da estrutura social... Está revolução é inevitável e devemos discutir a forma que deverá assumir, a proporção de sacrifício humano, social, político ou moral que estarão contidos nesta revolução do Terceiro Mundo”.

Esta revolução já se iniciou. Existe um novo Terceiro Mundo que é uma força política, que está começando a examinar seus próprios recursos em vez de procurar externamente ajuda e exemplo. Acreditamos que devemos estabelecer com esse mundo elos que se orientem numa direção comum: a mudança da nossa sociedade mundial, de forma a se sentir mais responsável para com as necessidades do indivíduo.

Não estamos alinhados com este Terceiro Mundo por uma questão de caridade. Fazemo-lo porque nos preocupamos com a saúde da nossa sociedade, porque reconhecemos que ela também está prejudicada por um sistema de exploração. Uma sociedade que explora a África e a Ásia explorará os membros mais fracos de sua própria comunidade; um sistema que não corresponde mais ao que é individual, externamente, negará direitos humanos dentro de suas próprias fronteiras. Em casa ou no exterior, nossa tecnologia é usada para anular distâncias entre os lugares e aumentar a separação entre os homens. Assim, o mundo desenvolvido prefere a tentativa de colocar um homem na lua à luta contra a fome, a pobreza e a doença na Afro-Ásia. É o mesmo sistema e a mesma ordem de prioridades que, recentemente, despenderam meio milhão de libras num sistema de tráfego orientado por computadores no leste de Londres — tendo recusado gastar 15.000 libras na compra de uma praça fechada e abandonada dos arredores, que seria usada por centenas de crianças de favelas como local de brincadeiras. Devemos modificar essas prioridades. Um sistema que destrói a humanidade da família na Ásia destrói também nossa própria humanidade — não somente a da família, aglomerada em quartos de favela, mas também a humanidade da família do planejador e do economista e de todos aqueles cujos valores e perspectivas ficam distorcidos pelo clima no qual têm que trabalhar.

Não podemos continuar a ter meramente atitudes polidas, respeitáveis e ineficazes de demonstrações públicas, clamando por “mais ajuda e melhor ajuda”, no momento em que perdemos toda a fé na capacidade de nossos governos corresponderem realisticamente às desesperadas necessidades humanas do mundo pobre.

Reconhecemos o valor e a humanidade do trabalho executado por agências de caridade no exterior e a genuína motivação de muitos daqueles que contribuem para elas; recusamo-nos, porém, a aceitar esse apaziguamento de consciências. Muito freqüentemente isso corresponde à atitude de se jogar uma moeda no chapéu de um mendigo: é dinheiro dado por aquele que não tem a intenção de mudar o sistema que produz os mendigos, sem compreender que faz parte desse sistema.

Portanto, pretendemos nos envolver numa campanha política que consiga os objetivos expostos no fim deste panfleto; fazer exigências específicas ao governo; assegurar representação para a voz do mundo pobre e explorado sempre e em qualquer lugar que se discutam prioridades para os gastos do governo.

Temos, igualmente, responsabilidades políticas em relação ao Terceiro Mundo da Afro-Ásia e da América Latina. São elas: compreender e apresentar seu pensamento; ficarmos envolvidos em sua luta de libertação da dominação econômica; compreender que as raízes da exploração, da pobreza e carência

contínuas estão nas estruturas, divisões e fracassos da nossa sociedade, nas nossas atitudes como indivíduos e nas instituições que criamos para refletir tudo isso.

Pretendemos estabelecer relação com grupos que combatem a pobreza, a falta de abrigo, a discriminação racial ou qualquer outro aspecto que reflita o fracasso da nossa sociedade em atender os fracos e oprimidos. Muitos desses grupos ainda não interpretam suas frustrações politicamente; não existe uma linguagem ou instituição comum para fazê-lo. A tarefa na nossa frente é canalizar esses sentimentos dispersos de protesto numa direção coerente e movimento unido; abrir debate sobre os valores, prioridades e estruturas da nossa sociedade a fim de interessar aqueles que têm estado afastados da política, especialmente os jovens.

Lutamos pelo apoio àqueles governos externos e movimentos que estão afirmando a determinação de ficarem independentes econômica e politicamente e de criarem suas próprias sociedades à sua própria maneira.

Ao dar esse apoio — por exemplo, àqueles que lutam pelo governo da maioria na África do Sul, — reconhecemos que a natureza da luta é ditada pelo grau de militância e sacrifício dos que dela participam; não podemos pôr no mesmo pé de igualdade a vida de um jovem negro que luta pela liberdade, e o voto de não comer **grape-fruit** da cidade do Cabo.

Reconhecemos: a) que a exploração é a mais persistente e intolerável forma de violência; b) que ainda não está provada a eficácia da ação não-violenta contra um sistema que está decidido a não diminuir seu poder nem a fazer justiça.

Uma vez que já usamos os mecanismos da nossa sociedade e fracassamos em mudar sua orientação, acreditamos que não basta fazer demonstrações, enquanto a sociedade continua a explorar o mundo pobre ou a consentir nessa exploração. Fazer isso seria alinharmo-nos com os opressores.

A fome e a doença das massas não são problemas novos; têm existido através da história do homem. Agora, no entanto, são problemas intoleráveis porque nossos recursos e tecnologia podem resolvê-los. É simplesmente uma questão de prioridades. Numa era em que o homem ousou atingir os astros, é inadmissível que fracássemos em resolver os sofrimentos humanos, as privações e necessidades de dois terços do mundo que desejam autodignidade e autodeterminação.

DOMINAÇÃO ECONÔMICA

O sistema econômico que domina os arranjos comerciais do mundo de hoje (mesmo o comércio comunista, em larga margem) pode não ser conscientemente explorador mas, na prática, freqüentemente, sujeita as necessidades dos pobres às dos ricos. Criou um legado de instituições, atitudes e regras de comportamento que dificultam a realização de mudanças radicais nos padrões econômicos. Assim, as regras do "jogo econômico internacional" são, em grande parte, formuladas pelos ricos a fim de satisfazerem suas conveniências e resolver seus problemas. O jogo e suas regras têm-se desenvolvido através do exercício do poder econômico; as regras são mudadas, através da barganha, pela força, através da "troca" de concessões. Os pobres econômica e politicamente têm pouco a oferecer e portanto recebem pouco em troca. Os países pobres não têm condições para entrar nesse jogo. O Kennedy Round é um recente estudo de caso desses fatos inaceitáveis; os pobres foram virtualmente ignorados, enquanto que os ricos se empenhavam em facilitar sua vida através de reduções nas tarifas de um comércio mal-intencionado. A ajuda e as poucas concessões comerciais que têm sido feitas aos países pobres, até o momento, têm apenas amenizado **marginalmente** os efeitos do atual sistema no mundo em desenvolvimento.

Desenvolvimento truncado

Para compreendermos a natureza das relações entre o mundo rico e o mundo pobre, devemos olhar brevemente para o passado.

A Europa começou a dominar a África, a Ásia e a América Latina durante os séculos XVII e XVIII (*). As economias desses países foram orientadas, conseqüentemente, para as necessidades econômicas do ocidente: produzir as matérias primas — óleos, borracha, sisal, cobre — que eram necessárias para suas indústrias em crescimento, e açúcar, cacau, especiarias, marfim e ouro para sua população que aumentava.

Padrões nativos de desenvolvimento foram truncados, indústrias tradicionais, como indústrias têxteis e de metais foram destruídas por importações baratas vindas de fábricas de baixo custo das favelas industriais da Europa, especialmente Lancashire. Habilidades adquiridas durante séculos começaram a desaparecer. Mais sério foi o tráfico de escravos, que dizimou parte do continente africano: o tráfico euro-americano do ocidente e o tráfico árabe do oriente. Toda a estrutura dessas sociedades em desenvolvimento foi esfacelada; famílias divididas, cidades pilhadas e muitos milhões arrebatados, dos quais dois terços morriam durante a viagem e o resto se tornava propriedade dos senhores de fazendas nas Américas.

Mesmo nos lugares onde não se verificaram os efeitos particularmente destruidores do tráfico de escravos, a intervenção externa teve conseqüências sociais graves. Os padrões tradicionais de autoridade foram usurpados, as fronteiras sociais naturais foram ignoradas e aglomerações urbanas instáveis apareceram da noite para o dia. A Europa não parecia ter compreensão nem respeito pelas sociedades e religiões tradicionais. Os conceitos educacionais europeus e o cristianismo foram introduzidos freqüentemente através de influências sociais e financeiras irrelevantes. Estas coisas, e em seguida, a democracia parlamentar formal, foram encaradas como sinônimo de civilização.

A dominação econômica e política da Europa trouxe apenas um benefício isolado: a ciência médica, que foi transmitida isolada de todos os outros fatores que deveriam acompanhá-la, tais como métodos agrícolas mais aperfeiçoados e industrialização. Como resultado, nos últimos 200 anos, o nível de vida da Ásia tem provavelmente declinado. O aumento de população, conseqüência de facilidades no campo da saúde, forçou o aparecimento de uma quantidade limitada de terra cultivável e outros recursos.

Finalmente, em virtude da longa duração da liderança do ocidente no desenvolvimento econômico e sua influência em todas as regiões, as novas indústrias e instituições que cresceram nos países em desenvolvimento estavam tão estruturadas, que sua sobrevivência e expansão dependiam dos poderes europeus. As minas, fábricas e organizações importavam suas técnicas e maquinaria da Europa. A venda desses produtos dependia do acesso aos mercados do mundo industrializado. Essa dependência dos países ricos, tanto para a exportação como para a importação, continua hoje em dia. A produção e particularmente o **know-how** são controlados por interesses ocidentais.

Para que tudo isto não pareça uma acusação pesada demais à contribuição ocidental, devemos acrescentar que respeitamos o trabalho valioso feito por missionários e administradores que deram o melhor de si mesmos para o mundo em desenvolvimento. Foi falta de sorte, contudo, terem operado dentro de um contexto e sistema que anulavam boa parte de sua contribuição.

Esforços Frustrados para Escapar

Em suas tentativas para pôr fim à dominação econômica, o mundo pobre tem sido contrariado pelo mundo rico. Tentou aumentar as exportações, a fim de comprar dos países industrializados mais produtos de que necessitava. As exportações cresceram, às vezes sensivelmente — mas os preços sempre declinaram. Por exemplo: 1) Dois terços das exportações de Gana consistem em cacau. Entre 1953 e 1961 as exportações de cacau aumentaram 71% em volume, mas as vendas resultaram apenas num aumento de 23%. Enquanto

(*) Não tentaremos fazer aqui a descrição extremamente complexa da maneira como esses fatos aconteceram.

isso, produtos manufaturados embarcados para Gana subiram 11% no preço. Isso significa que máquina que custava a Gana o equivalente a 10 toneladas de cacau em 1953, custou 14 toneladas em 1961; 2) Metade das exportações do Brasil consiste em café. Entre 1953 e 1961 as exportações de café aumentaram 90% em volume, mas o produto de venda caiu 35%; 3) Metade das exportações da Malaia consiste em borracha. Entre 1960 e 1961 as exportações de borracha aumentaram 4% em volume, mas o produto da venda caiu 35%.

Num esforço desesperado para manterem suas possibilidades de importação, os países pobres fizeram empréstimos junto aos países ricos, aceitaram ajuda, e deram suas boas-vindas aos investimentos privados. Resultado: ainda maior dependência econômica. Tiveram que pedir emprestado cada vez mais, a fim de poderem pagar empréstimos passados. Esses pagamentos já chegam ao equivalente a dois terços da ajuda que é dada aos países em desenvolvimento; calcula-se que por volta de 1980, a ajuda concedida será inteiramente coberta pelos pagamentos de empréstimos anteriores, a não ser que haja um aumento considerável dessa ajuda. Muitos países em desenvolvimento já estão pagando aos países ricos mais do que aquilo que recebem deles; em outras palavras, a liquidação de empréstimos anteriores e a repatriação de lucros ultrapassa os novos recebimentos de ajuda e de capital privado. O Brasil, o Chile, a Argentina e a Venezuela, por exemplo, encontram-se nessa situação. Segundo um antigo presidente do Banco Mundial nos disse, é como se nós "não estivéssemos fazendo absolutamente nada".

Os países em desenvolvimento têm tentado diversificar suas exportações. A Índia e o Paquistão, por exemplo, produzem têxteis a baixo custo. Porém, no momento em que ficou patente que eles poderiam açambarcar a maior parte do mercado têxtil inglês, do qual os produtores têxteis britânicos dependiam tradicionalmente, a Grã-Bretanha estabeleceu quotas limitando a proporção daqueles têxteis que podia ser importada. As quotas somente se referem a produtos "de baixo custo", isto é, de países pobres e não dos produtores em outros países ricos.

Os países desenvolvidos às vezes dão subsídios a indústrias domésticas, de modo a mantê-las competitivas em relação a produtos baratos importados de países em desenvolvimento. Por exemplo, a Grã-Bretanha estabeleceu uma indústria de açúcar de beterraba na Anglia Oriental, altamente subsidiada. Os preços dos agricultores mais eficientes desse produto são muito mais altos do que os preços dos produtores menos produtivos dos países em desenvolvimento. Os países do Mercado Comum têm o plano de começar a exportar sua produção de açúcar subsidiado.

No entanto, sempre que seus interesses o exigem, os países desenvolvidos invocam as regras do livre comércio, que eles mesmos transgridem. O Brasil instalou fábricas próprias para beneficiar o café e em poucos anos conseguiu 14% do mercado norte-americano de café solúvel. Os Estados Unidos ameaçaram não renovar o Acórdo Internacional de Café, que mantém os preços estáveis e até se referiram a uma diminuição de ajuda ao Brasil. Os produtores norte-americanos de café solúvel alegaram "competição desleal" porque as firmas brasileiras podiam comprar o grão de café mais barato do que eles.

As firmas brasileiras usavam, em parte, grãos quebrados de café, que não podiam ser vendidos no mercado mundial. Mesmo sem essa vantagem "desleal", elas estavam, inevitavelmente, em condições de produzir mais barato. O café instantâneo pesa apenas um terço do café em grão, o que importa em tarifas de transporte mais baratas, além dos preços industriais no Brasil serem mais reduzidos do que nos Estados Unidos.

Em março de 1968, porém, o Brasil foi forçado a ceder. O governo brasileiro decidiu impor uma taxa de exportação sobre o café solúvel brasileiro, que, na realidade, tornará os grãos quebrados vendidos pelo Governo tão caros para os exportadores de café solúvel como os grãos inteiros que os processadores norte-americanos usam.

Uma Alternativa: Nacionalização

É compreensível que os países em desenvolvimento pensem seriamente em recusar pagar suas dívidas internacionais e em nacionalizar as propriedades estrangeiras. É um processo que cada vez se torna mais tentador à medida que um número cada vez maior de países descobre que aquilo que gasta em pagamentos de dívidas anteriores é mais do que o que está ganhando com as exportações. É mais fácil falar do que agir. Os países ricos têm meios poderosos de retaliação.

O Chile, por exemplo, há alguns anos atrás, precisava aumentar suas exportações. Sua indústria de cobre, que pertencia a investidores norte-americanos tinha grande potencial, mas as companhias norte-americanas não estavam interessadas em aumentar a produção. A nacionalização da indústria de cobre poderia ter sido a solução, mas os obstáculos para isso pareciam insuperáveis. Os Estados Unidos poderiam então cortar seu programa de ajuda e, possivelmente, fechar seu mercado para as exportações chilenas. Seguir-se-ia, provavelmente, uma revolução ao estilo cubano, com subsequente intervenção militar-norte-americana ou um golpe militar tramado pelos Estados Unidos. Finalmente, o governo chileno entrou em acordo com as companhias norte-americanas, segundo o qual estas aumentariam sua produção e o Chile deveria fornecer a maior parte do capital necessário e conceder reduções substanciais de impostos.

Em 1953, a Guatemala enfrentou situação semelhante. O governo decidiu empreender a reforma agrária. Nacionalizou 400.000 acres de terra sem cultivo, de propriedade da United Fruit Company, dos Estados Unidos, a maior proprietária de terras do país. Compensação de US\$ 6 milhões foi oferecida — valor da terra declarado pela companhia para efeito de impostos. A oferta foi recusada. Secundada pelo governo norte-americano, exigiu US\$ 16 milhões de dólares — quase cinco dólares por homem, mulher e criança da Guatemala. A exigência foi rejeitada. Seguiu-se um golpe de Estado. Estabeleceu-se uma junta militar. Um de seus primeiros atos foi devolver a terra à United Fruit Company.

A luta de Cuba com os Estados Unidos deve-se mais a fatores econômicos do que ideológicos. Castro aceitou uma oferta russa de fornecimento de óleo cru mais barato do que a dos Estados Unidos. As companhias norte-americanas em Cuba recusaram-se a refiná-lo e foram nacionalizadas. No fim desse vai-não-vai houve o episódio da Baía dos Porcos e o embargo total do comércio norte-americano em relação a Cuba.

A Tanzânia é um exemplo de país que nacionalizou e sobreviveu. No entanto, somente pôde agir assim porque 1) os investimentos e ajuda estrangeira eram reduzidos; 2) os países ricos já tinham usado de sanções econômicas (a Alemanha Ocidental suspendeu sua ajuda porque a Tanzânia não se decidiu a expulsar de Zanzibar o cônsul da Alemanha Oriental; a Grã-Bretanha cancelou um empréstimo de 7 milhões de libras porque a Tanzânia cortou relações com a Rodésia); 3) e porque está crescendo ali o conceito de que é necessário colocar o respeito próprio e a auto-subsistência acima de tudo, qualquer que seja o prejuízo pela redução da ajuda.

Ajuda Inadequada

Na melhor hipótese, a ajuda é uma compensação inadequada para a dominação existente. É muito reduzida, levando-se em consideração: a) as necessidades dos países pobres; b) os lucros que os países ricos tiram de sua exploração dos países pobres; c) aquilo que os países ricos podem gastar em outras coisas.

Por exemplo a Grã-Bretanha gasta mais em defesa do que todo o mundo desenvolvido gasta com ajuda. O orçamento de defesa dos Estados Unidos é 60% mais alto do que toda a renda nacional da Índia, apesar da população deste país ser duas vezes e meia maior do que a daquele.

Se os Estados Unidos dessem aos homens, mulheres e crianças do Vietnã do Sul o dinheiro que estão gastando anualmente com a guerra, o total resultaria numa renda de 6.000 libras por pessoa, o que faria do Vietnã do Sul a sexta nação mais rica do mundo.

Mais ainda: a ajuda dos países ricos aos países pobres tem diminuído ano após ano, durante os últimos sete anos; em termos de porcentagem de renda nacional conhecida, tem caído mais de 30% e continua a cair. O panorama é sombrio. No ano passado, o orçamento de ajuda norte-americano, embora sendo o maior do mundo, representava a menor ajuda que jamais havia sido concedida, desde que esse processo foi iniciado. É provável que seja ainda menor ou até desapareça este ano. A Grã-Bretanha, durante os últimos 15 meses, cortou o orçamento do Ministério de Desenvolvimento no Exterior proporcionalmente mais do que o de qualquer outro departamento governamental.

Ajuda com Cordéis

Quase todos os programas de ajuda — mesmo que isso não seja especificado — estão condicionados à continuidade de determinada política. Em relação ao Ocidente, devem manter-se estratégias econômicas conservadoras e o respeito pelo capital privado, especialmente capital privado estrangeiro. Um país em desenvolvimento, a exemplo da Tanzânia, pode decidir não aceitar uma estratégia prejudicial, condicionada à concessão de ajuda.

As vezes, as condições são bastante explícitas. Por exemplo, recentemente o Peru teve oferecimento de empréstimo norte-americano, baseado em três condições: 1) compra de jatos supersônicos norte-americanos, em vez de franceses; 2) permissão para que os barcos norte-americanos pescassem em águas territoriais do Peru; 3) abandono das tentativas de adquirir mais controle sobre a atividade das companhias norte-americanas de petróleo.

O Peru rejeitou o empréstimo.

Ao contrário dos Estados Unidos, a Grã-Bretanha tem razões históricas para se preocupar com certos países. Como os Estados Unidos, embora em menor escala, a Grã-Bretanha usa a ajuda concedida para promover interesses políticos, comerciais e financeiros. A ajuda britânica à Malásia, Aden e outros lugares está claramente relacionada com tais interesses. Quando a confrontação indonésia chegou ao fim, há dois anos atrás, tendo Sukarno perdido o poder, o Reino Unido ofereceu um milhão de libras à Indonésia. Semelhantemente, com a queda de Nkrumah, aumentou substancialmente a ajuda britânica a Gana.

Recentemente, na Tanzânia, a Grã-Bretanha usou a ajuda como forma de retaliação particularmente concreta. A Tanzânia tem empreendido coisas que outros países africanos são acusados de não fazer; está reduzindo os privilégios da nova elite africana, está procurando desenvolver mais as áreas rurais, está encorajando a idéia de que o desenvolvimento depende fundamentalmente dos esforços do próprio povo. Aparentemente, a Grã-Bretanha não pode tolerar a natureza radical de alguns aspectos da política da Tanzânia. Quando este país, por uma questão de princípios, cortou relações com a Grã-Bretanha, através da Rodésia, foi imediatamente cancelado um empréstimo de 7 milhões de libras. No ano passado, quando a Tanzânia propôs que a Grã-Bretanha assumisse a responsabilidade de pensões e compensações para os servidores civis coloniais britânicos que não estavam preparados para permanecer no país, depois da sua independência, a resposta foi negativa. No momento em que a Tanzânia efetivou unilateralmente sua proposta, cessando o pagamento daqueles servidores, a Grã-Bretanha cancelou aquilo que restava do programa de ajuda. Mais ainda: oferecendo-se para assumir a responsabilidade pelos

servidores civis coloniais que desejavam permanecer no país, depois da independência, a Tanzânia demonstrou notável generosidade, que praticamente não foi levada em consideração. A responsabilidade de pensões e compensações de servidores civis coloniais, imposta sobre governos africanos por ocasião das negociações de independência, no momento em que suas possibilidades de barganha eram reduzidas, não pode ser justificada, de forma alguma e deve cessar, quaisquer que sejam as circunstâncias.

A França também concede ajuda substancial, que tem sido usada, sem escrúpulos, como arma política. Em 1958, a Guiné preferiu a independência à condição de Estado associado com a França; dentro de 48 horas, aquele país retirou seu programa de assistência, levando embora o que podia ser removido, inclusive gravações, estatísticas e até mesmo telefones.

Os países comunistas têm, igualmente, condicionado as necessidades dos países em desenvolvimento a seus interesses nacionais. Os países que recebem ajuda dos países comunistas são, em sua maioria, países de política socialista ou de importância estratégica para a Rússia ou China.

Negligência Internacional

Na realidade, os países ricos têm poder e dinheiro e usam os dois em seu próprio interesse. No momento em que os países pobres ameaçam os interesses dos países ricos, através de uma competição efetiva, é imediatamente adotado um sistema de tarifas, quotas ou fixação de preços que se destina a neutralizá-los. No momento em que esforços reais são feitos a fim de ser incrementado o mercado internacional e o sistema monetário (como o Kennedy Round ou a criação de mais liquidez), os interesses dos países pobres são amplamente ignorados. Agüentando a má-fé e o espírito de barganha das negociações econômicas, como já dissemos, os países pobres não ganham nada, porque não têm nada com que barganhar. A tarifa do Kennedy Round atinge principalmente falsos produtos de interesse para os países ricos. Quando os países ricos previram possível diminuição de liquidez internacional, concordando em criar nova liquidez — na forma de Direitos Especiais levantados no Fundo Monetário Internacional — reservaram a maior parte para si mesmos, com o seguinte processo de racionalização: os países pobres usá-los-iam “irresponsavelmente”.

Nada acontece, por outro lado, no momento em que se entabulam negociações internacionais com o propósito claro de mudar um sistema econômico, a fim de que os países pobres sejam favorecidos. É o caso da UNCTAD. Os países pobres usam o poder numérico para aprovar resoluções, mas os países ricos não as incrementam. Não houve absolutamente resultados práticos com a primeira Conferência da UNCTAD, em 1964. Na segunda Conferência, os países ricos discutiram tarifas de preferências para as exportações manufaturadas dos países pobres e, em princípio, concordaram com elas. Mas essas preferências provavelmente ficarão tão cheias de exceções que, na realidade, serão de pouca importância. Não foram estabelecidos novos acordos de mercadorias e ficou na estaca zero um esquema para compensação em quedas de exportações.

Na segunda reunião da UNCTAD, tanto os Estados Unidos como o Reino Unido alegaram que não podiam gastar 1% de sua renda nacional em ajuda e em investimento privado externo. A Alemanha, apesar de uma balança de pagamentos com amplos excessos, afirmou o mesmo. No fim, concordaram com uma margem de aumento de 1% no Produto Nacional Bruto. É duvidoso que essa margem seja preenchida. De qualquer maneira, é insuficiente.

O PROGRAMA HASLEMERE

Que deveriam os países ricos fazer a fim de romperem a espiral da exploração econômica e crescente dependência que marca a relação entre eles e os países pobres?

Segue-se aqui o esboço do programa que pretendemos defender. Acreditamos que os países ricos deveriam:

1 — Evitar o uso de seu poder econômico e social para anular os esforços que os países pobres empreendem a fim de obter parte maior dos benefícios do comércio e da tecnologia.

2 — Evitar retaliação econômica e intervenção militar contra os países pobres cujas iniciativas políticas são desaprovadas pelos países ricos.

3 — Abolir todas as quotas e outros esquemas especiais defensivos aplicados às exportações manufaturadas dos países pobres. Não deverão ser introduzidas novas quotas. A compensação para interesses dos países ricos atingidos pela abolição de tais medidas deve ser feita pelo governo do próprio país rico.

4 — Abolir todos os subsídios para a produção agrícola que está competindo com a produção dos países pobres. A compensação, se necessária, deve ser feita pelo governo do país rico atingido.

5 — Elevar o preço dos produtos primários vendidos pelos países pobres ao nível dos subsídios que os países ricos dão à sua própria agricultura. Deve reconhecer-se que uma posição de barganha por parte dos produtores agrícolas tende a enfraquecer-se e que os preços de seus produtos são particularmente suscetíveis de flutuação e de declínio a longo prazo. Acôrdos internacionais destinados à estabilização de preços das principais exportações dos países pobres devem ser imediatamente concluídos — especialmente para o cacau, açúcar e bananas.

6 — Abolir ou reduzir tarifas que afetam as exportações dos países pobres, sem exceção que proteja interesses especiais.

7 — Em geral, dar garantias para que o comércio internacional, o sistema financeiro e monetário discriminem em favor dos países pobres, em vez de discriminarem contra eles. Por exemplo, os países ricos não deveriam usar seu poderio para obrigar os países pobres a observarem “regras” que, em nenhum caso, os países ricos respeitam.

8 — Cancelar todos os débitos dos países pobres.

9 — Participar de um processo intenso de transferência automática e a longo prazo de recursos para os países pobres. Assim, estes ficarão em condição de perseguirem seus objetivos econômicos e sociais. Isto evitará igualmente o que acontece hoje: uma ajuda acompanhada de pressões políticas e econômicas inaceitáveis.

Mais especificamente ainda, sugerimos as seguintes linhas de ação:

a) Todas as transferências de recursos financeiros de países ricos para países pobres deveriam ser feitas através de uma instituição internacional. Deveria haver um esquema universal, antecipadamente estabelecido, sobre a forma como essas transferências automáticas de ajuda deveriam efetivar-se. Achamos que os critérios de população e grau de pobreza deveriam determinar a importância que cada país deveria receber. Por seu lado, os países ricos dariam proporcionalmente à sua riqueza. O envio de ajuda deveria ser garantido para períodos de, pelo menos, cinco anos. Ao contrário da maior parte da ajuda que é atualmente concedida, deveria ter a forma de dádivas e não de empréstimos. Os países em desenvolvimento, sendo-lhes dado tempo para os ajustamentos necessários, têm capacidade ilimitada para absolverem tal ajuda. Como objetivo aproximado sugerimos que os países ricos concedam L 3.000 milhões para 1970, L 6.000 milhões para 1975 e L 20.000 milhões para 1980. Compare-se com as L 2.280 milhões que os países ricos estão dando atualmente.

b) As iminentes reformas no sistema monetário internacional representam outro canal de ajuda aos países em desenvolvimento. Deve ser criada nova forma de liquidez internacional além do ouro e da reserva de divisa de esterlinas e de dólares. Quando isso for atribuído aos países membros do Con-

selho Monetário Internacional, sugerimos que beneficie principalmente não as nações ricas, conforme está atualmente planejado, mas somente as nações pobres. Os países ricos teriam então que obter a nova moeda internacional criada, através da exportação para os países pobres, em vez de a ganharem livremente.

10 — Reconhecemos coletivamente que os países pobres não precisam adotar o modo de vida dos países ricos, podendo, na realidade, ser ameaçados por esse fato. Os países ricos deveriam dar as boas-vindas às tentativas de criação de sociedades diferentes das suas. A Tanzânia serve como exemplo: A Declaração de Arusha, de fevereiro de 1967, feita pelo partido governamental da Tanzânia, levanta uma perspectiva de desenvolvimento econômico e social que tentará trabalhar a tradicional sociedade africana em vez de procurar impedi-la, impensadamente, para a urbanização maciça, a industrialização, o elitismo e a dependência de investimento estrangeiro e ajuda. Julius Nyerere, presidente da Tanzânia, fala disso nestes termos: "O crescimento deve provir de nossas próprias raízes, e não do enxerto de coisas que nos são estranhas. Isto é coisa muito importante, pois significa que não podemos adotar nenhum "catecismo" político nem tentar desenvolver seus regulamentos com revisão ou sem revisão. Nossas mudanças sociais serão determinadas por nossas próprias necessidades, tal como as vemos e na direção que acharmos apropriadas para nós num determinado período de tempo".

Nyerere continua: "Na Declaração de Arusha, portanto, está inerente a rejeição do conceito de grandeza nacional distinto do bem-estar dos cidadãos, rejeitando-se, também, a riqueza material em si mesma. É um compromisso com a crença de que existem coisas mais importantes na vida do que a acumulação de riquezas; se a procura de riquezas colidir com fatos tais como a dignidade humana e a igualdade social, deve ser dada prioridade a estes últimos conceitos... Nosso atual nível de atividade econômica e pobreza podem fazer com que estas idéias pareçam uma opinião acadêmica; na realidade, é conceito muito importante. Significa que existem coisas que nos recusamos a fazer ou a aceitar, quer como indivíduos quer como nação, mesmo que o resultado delas resulte num impulso em direção ao nosso desenvolvimento econômico".

Quanto à Grã-Bretanha:

Particularmente, acreditamos que a Grã-Bretanha deveria:

1 — Aumentar a ajuda em 1970 de L 205 milhões para L 300 milhões, pelo menos. Em 1975 deveria ser pelo menos de L 600 milhões e em 1980, pelo menos de L 2.000 milhões (menos do que o atual orçamento de defesa).

2 — Fornecer ajuda a países em desenvolvimento sob forma de dívida. Eliminar qualquer interesse e pagamentos sobre o capital de ajudas anteriores.

3 — Tomar a iniciativa de levantar debates internacionais sobre os meios de se estabelecer uma transferência automática de recursos.

4 — Abolir todas as quotas, subsídios e outras restrições comerciais que afetam as exportações de países em desenvolvimento. Abolir ou reduzir, se necessário, unilateralmente, as tarifas sobre essas exportações.

5 — Esforçar-se por promover um esquema internacional que levante os preços de produtos primários.

6 — Cooperar construtiva e efetivamente com as negociações da UNCTAD. Ter certeza de que em qualquer fase futura das negociações da GATT sobre restrições de comércio, os problemas dos países em desenvolvimento sejam tratados com prioridade.

7 — Fazer o possível para assegurar que toda liquidez internacional recentemente criada (tal como os Direitos Especiais Levantados) seja desembolsada exclusivamente para países em desenvolvimento.

8 — Resistir à pressão de grupos cujos interesses estejam em conflito com os dos países em desenvolvimento. Não exercer retaliação econômica e ação militar contra os países pobres que assumem iniciativas radicais políticas e econômicas contrárias aos interesses dos países ricos.